

Cariacica é tomada por loteamentos clandestinos

130

Dilma Brioschi

O município de Cariacica possui 38 loteamentos clandestinos já detectados pela Prefeitura. São terrenos que não têm registro na Prefeitura e cujos loteadores, na maioria das vezes, descumprem a lei que os obriga a dotar os lotes de infra-estrutura. Em alguns casos os loteadores chegam até mesmo a se apoderar de terrenos públicos para se enriquecerem ilicitamente. Para coibir a ação dos loteadores clandestinos, a Prefeitura vai entrar com uma ação criminal contra aqueles que já venderam lotes sem registro.

A Prefeitura está concluindo um levantamento de todos os loteamentos clandestinos e irregulares no município. Até agora foram levantados 16 loteamentos irregulares, mas o Movimento de Moradia do município diz que já existem 107, entre irregulares e clandestinos.

Paraíso

Segundo o prefeito Vasco Alves, Cariacica é o paraíso dos loteamentos clandestinos e irregulares. As imobiliárias, conforme Vasco, sempre tiveram o Executivo como aliado, pois as antigas administrações do município nunca fiscalizaram as suas ações.

Vasco disse que vai entrar com uma ação criminal na Justiça contra os loteadores. Com esta ação, o prefeito pretende fazer com que a venda de terrenos em loteamentos clandestinos seja suspensa e que os loteadores paguem pelas irregularidades que praticaram contra os compradores e a Prefeitura, que deixa de receber os impostos.

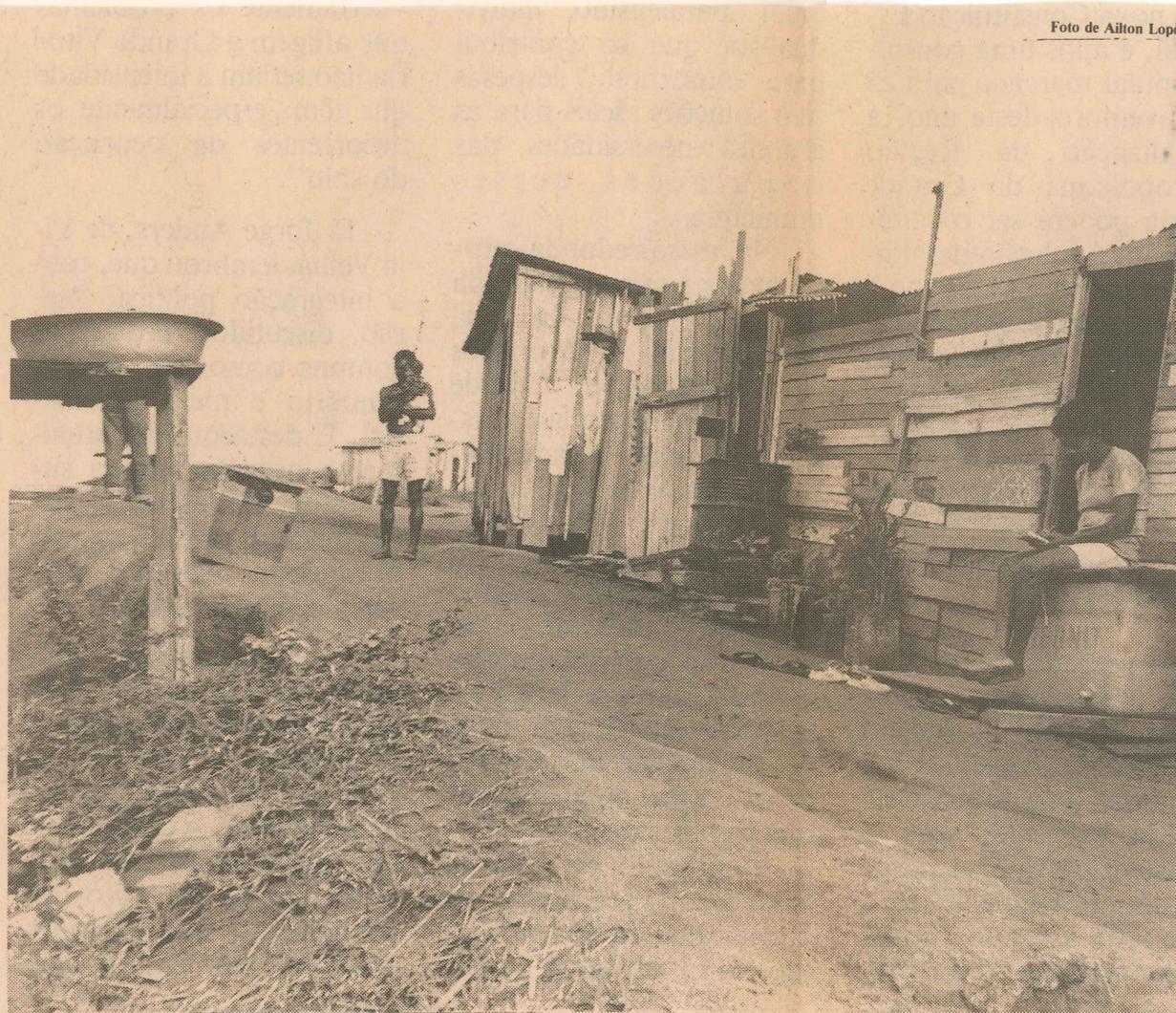


Foto de Ailton Lopes

Há um ano sete famílias moram no meio da rua e reivindicam uma área de terras devolutas em Campo Belo

Antes de iniciar a venda dos lotes, os proprietários dos loteamentos precisam dotar as áreas de rede de esgoto, iluminação e água, mas isto normalmente não é feito. Muitas imobiliárias chegam a pedir o registro do loteamento na Prefeitura, mas não executam as obras que

devem ser feitas no prazo de dois anos.

Quarenta por cento do município não têm água encanada devido à ação das imobiliárias, conforme o prefeito. Em alguns locais não há sequer previsão de quando a água chegará. Para se livrar da obriga-

ção de realizar as obras, muitas imobiliárias solicitam a aprovação de condomínios residenciais, quando na verdade são verdadeiros loteamentos, uma vez que para aprovar projetos e plantas de condomínios residenciais o interessado não precisa criar infra-estrutura básica.

Famílias vivem no meio da rua

A situação de irregularidade dos loteamentos em Cariacica é tamanha que levou sete famílias a morar no meio de uma rua em Campo Belo. Estas famílias estão ali instaladas há quase um ano devido ao problema de uma área devoluta comercializada irregularmente pela imobiliária Sial Ltda. Outras famílias que chegaram a pagar por lotes em diversos locais do município não têm nenhuma garantia de permanecer no local.

As famílias ocupam uma rua dentro da área de 224 mil metros quadrados que em abril de 1989 chegou a ser invadida por 490 famílias. Na ocasião a questão ficou conhecida como Invasão de Barbados.

A área de 224 mil metros quadrados está rolando na Justiça há cerca de sete anos. Segundo a presidenta do Movimento de Moradia de Cariacica, Eumar Barboza do Rosário, a imobiliária Sial Ltda comprou uma área de 100 mil metros ao redor da área devoluta e tentou requerer a área pública.

Desapropriação

Eumar Barboza disse que o Governo do Estado chegou a desapropriar a área decretando-a como de utilidade pública e destinando-a para habitação da população de baixa renda. O Governo pagaria então as benfeitorias que a imobiliária havia feito, mas nem assim a Sial aceitou.

A presidenta do movimento de moradia contou que o proprietário da imobiliária, Raimundo Ângelo Albany, conseguiu duas liminares de despejo na Justiça — uma em maio de 1989 e outra em setembro de 1989 — e afastou os invasores com o auxílio da tropa de choque da Polícia Militar.

Depois da primeira expulsão do local, 200 famílias tentaram resistir ao despejo ocupando uma granja que a

imobiliária havia construído no local. Depois de três meses as famílias voltaram a ocupar o terreno. Após o segundo despejo, só as sete famílias resistiram.

As famílias vivem ali sem água e sem luz. Eumar Barbosa, uma das pessoas que está ocupando a rua, disse que decidiu ficar no local porque não tem onde morar. Ela sobrevive com a venda de água sanitária que faz em casa e com faxina.

Elói Francisco da Penha, de 46 anos, se juntou aos ocupantes da rua há dois meses. Ele disse que estava cansado de residir na casa de parentes, com a mulher e três filhos. Elói Francisco está sobrevivendo com um salário de Cr\$ 3.700,00 que recebe do INPS. Ele se encostou pelo instituto depois que foi operado do coração e recebeu um marca-passo.

Chácara

Já Alberto Marsal, de 54 anos, comprou uma chácara de 920 metros quadrados da imobiliária Sial. Há dois anos ele pagou Cr\$ 130 mil pelo imóvel. Como trabalha no Sindicato dos Arrumadores, Marsal disse que só conseguiu efetuar a compra porque ganhou no jogo do bicho. A chácara comprada por Marsal está dentro da área devoluta e ele só veio saber que estava em situação irregular vários meses depois que efetuou a compra.

Marsal contou que comprou a chácara porque confiou nos donos da imobiliária, que lhe mostraram a planta do terreno e depois o levaram até o local. Como achou o valor barato, ele não hesitou. Agora Marsal diz que não tem medo de ficar sem a chácara porque acha que a imobiliária o ressarcirá do prejuízo, se o Governo o expulsar do local.